14H30 SALDANHA

21 NOV

TODOS A LISBOA!

CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

A CRISE ESTRUTURAL DA HABITAÇÃO EXIGE MEDIDAS URGENTES!

Artigo 45º da C.R.P.

"Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar."

É NECESSÁRIA E URGENTE CASA PARA TODA A GENTE!

Comprar ou arrendar uma casa está cada vez mais fora do alcance de quem trabalha.

Os preços sobem muito mais depressa do que os salários, as rendas e as prestações consomem uma parte cada vez maior dos rendimentos e milhares de famílias vivem com a angústia de não saber se conseguirão manter a casa onde vivem.

Desde 2010, registou-se um aumento dos preços da habitação em Portugal de 81,9% e desde 2020, de 41,5% (o maior aumento entre os 18 países da União Europeia onde houve subidas).

Entre 2020 e 2025 o valor das rendas dos novos contratos de arrendamento aumentou 60% e o valor das vendas aumentou 74%, enquanto os salários aumentaram, em média, apenas 29%.





Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) confirmam que a situação continua a agravar-se. No 2.º trimestre de 2026, o preço mediano dos alojamentos familiares vendidos no País atingiu os 2 445 euros/m2, mais 18,4% do que no mesmo período de 2025, tornando a aquisição de habitação própria pela classe trabalhadora cada vez mais uma miragem. Consequentemente, o Índice de Preços da Habitação, que mede a evolução dos preços de venda, registou um aumento homólogo de 16,5%.

Para quem teve de recorrer ao crédito para comprar casa, também a prestação pesa cada vez mais. A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos subiu para 3,194% em setembro e a prestação média mensal aumentou 5 euros face a agosto, fixando-se em 423 euros, 30 euros acima do valor registado em setembro de 2025. Deste montante, 50% correspondia ao pagamento de juros, que voltaram assim a absorver mais de metade da prestação mensal, um peso muito superior ao registado em setembro de 2022, quando representavam 21% da prestação.

O SINAPSA considera que a resposta à crise da habitação exige uma mudança de rumo nas políticas económicas e sociais do País, que coloque os direitos e as condições de vida de quem vive, trabalha e trabalhou em Portugal acima dos interesses do negócio e do lucro.

A pergunta que se impõe é simples: se os preços e as rendas não param de subir, mas os salários não acompanham, como pode uma família pagar uma casa e ainda fazer face às restantes despesas?

A VALORIZAÇÃO E AUMENTO DOS SALÁRIOS É CONDIÇÃO IMPERATIVA E INDISPENSÁVEL PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES!

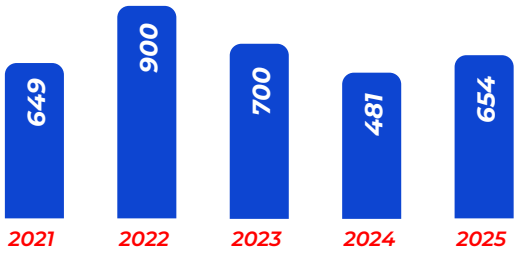


PROPOSTAS DO SINAPSA PARA 2027

Aumento Salarial de 15%, com o mínimo de 150,00 €, com vista a assegurar um aumento real dos salários que recupere a perda de poder de compra acumulada ao longo dos anos.

Valorização do **Subsídio de Refeição para 15,00 €/dia,** tendo em conta o exponencial aumento dos custos da alimentação.

Valorizar os salários da atividade seguradora, uniformizando o **Salário Mínimo de Referência no setor de 1.350,00 €**, tendo em conta a acentuada perda salarial que se tem vindo a registar.



RESULTADOS LÍQUIDOS DAS SEGURADORAS EM PORTUGAL
(MILHÕES DE EUROS) FONTE: ASF

As seguradoras nos últimos 5 anos registaram 3.384 milhões de euros de lucros demonstrando que existe margem para uma valorização salarial efetiva dos trabalhadores.

Neste enquadramento, a **Manifestação Nacional de 21 de novembro – Todos a Lisboa!** assume uma enorme importância, como momento geral de descontentamento e protesto, de recusa desta política e de exigência de **um novo rumo para Portugal.**

SAÚDE | | HABITAÇÃO

EDUCAÇÃO | | SEG. SOCIAL

Um rumo que exige melhores salários e pensões, o combate ao aumento do custo de vida e o reforço e valorização dos serviços públicos, e que só poderá ser conquistado com a mobilização e a luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos.

É URGENTE AUMENTAR OS SALÁRIOS A TODA A GENTE!

SINAPSA
SINDICATO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE SEGUROS E AFINS

CGTP INTERSINDICAL NACIONAL